

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 28/05/2015

- [Central de Depoimento Acolhedor é inaugurada em Caruaru nesta sexta \(29/5\)](#)
- [Dois jovens são mortos em rebelião no Centro Socioeducativo de Caruaru](#)
- [Negligência em casos de mortes maternas já levou Brasil a ser condenado pela ONU](#)
- [PF faz operação na Baixada Fluminense contra pornografia infantil na internet](#)
- [Especialistas pedem mais investimento para melhorar atenção à saúde de gestantes](#)
- [Taxa de reincidência entre internos da Fundação Casa é de 15%](#)
- [Redução da maioria penal volta a dividir opiniões em comissão especial](#)
- [Conselheiro tutelar diz que redução da maioria penal pode desestruturar famílias](#)
- [Deputado Paulo Freire pede revogação do ECA por proteger jovens infratores](#)
- [Deputado Jair Bolsonaro diz que redução da maioria penal vai proteger a sociedade](#)
- [Pesquisa revela universo das adolescentes em conflito com a lei](#)
- [Internos feridos em rebelião não correm risco de morte, diz Funase](#)
- [Salgueiro - Campanha quer combater esmolas para crianças e adolescentes](#)
- [Garota de 15 anos era líder de quadrilha de assaltantes em Bertioga-SP](#)
- [Adolescentes sofrem estupro e espancamento no Piauí](#)
- [Mães pagam facilitador para filho com deficiência em escola pública do Rio](#)
- [História de aluno com paralisia cerebral que se comunica através de aplicativo será exibida em evento do Google](#)

Assunto: Central de Depoimento Acolhedor é inaugurada em Caruaru nesta sexta (29/5)

Fonte: Tribunal de Justiça do Estado de PE

Data: 28/05/2015



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) inaugura, às 11h desta sexta-feira (29/5), a Central de Depoimento Acolhedor de Caruaru, que funcionará no Fórum Dr. Elísio Florêncio, bairro Universitário. Por meio do serviço, crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência são ouvidos por servidores especializados, em ambiente que evita constrangimento e reduz danos psicológicos, pois não há contato com os réus. O presidente do Tribunal, desembargador Frederico Neves, e o coordenador da Infância e Juventude, desembargador Luiz Carlos Figueiredo, prestigiam a cerimônia.

Esta é a quarta Central de Depoimento Acolhedor do TJPE, que já conta com o serviço nas comarcas de Recife, Camaragibe e Petrolina. Em sua gestão, o presidente Frederico Neves implantou as centrais do interior e de Camaragibe, seguindo o compromisso assumido em sua posse de aproximar a Justiça do cidadão. Nessas unidades, a interação com a sala de audiência, onde estão juiz, promotor de justiça, advogados, serventuários e réu, é realizada por videoconferência – o que melhora a qualidade do atendimento. Em Caruaru, o serviço conta com recepção e salas de escuta e de audiência, além de brinquedoteca.

O coordenador da Infância e Juventude, desembargador Luiz Carlos Figueiredo, reforçou a importância desta ação para a população do Agreste. "O método do sistema de depoimento especial de escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência é extremamente eficaz. Pernambuco tem hoje uma equipe de profissionais altamente qualificados e a chegada desse serviço a Caruaru representa um marco na prestação jurisdicional de boa qualidade ao povo do Agreste."

Programa Acolher – O segundo Seminário Regional do Programa Acolher, da Coordenadoria da Infância e Juventude, ocorre também nesta sexta-feira (29/5) em Caruaru. O encontro debate o aprimoramento da atenção que o Judiciário e os demais órgãos da rede de proteção à Infância oferecem àquelas mulheres que expressam desejo de entregar um filho à adoção. Será no auditório da Univafip, das 8h30 às 17h.

As inscrições para participar do seminário em Caruaru continuam abertas pelo site do TJPE, que também publicou a programação do evento. O primeiro seminário ocorreu no Recife, em 15 de maio deste ano de 2015, e o terceiro terá lugar em Serra Talhada, no dia 19 de junho próximo.

Assunto: Dois jovens são mortos em rebelião no Centro Socioeducativo de Caruaru

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 28/05/2015



Dois adolescentes foram mortos e 11 ficaram feridos durante uma rebelião no Centro de Atendimento Socioeducativo de Caruaru (PE), na noite dessa quarta-feira (27). Um dos jovens, de 17 anos, foi decapitado. Outro, de 16 anos, sofreu queimaduras em parte do corpo e não resistiu aos ferimentos. Atendidos pelo Samu, os 11 feridos foram levados para unidades de saúde da região. Dois tiveram alta durante a noite.

Segundo a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), os motivos para os jovens terem se rebelado ainda estão sendo apurados. O tumulto começou no início da noite e foi controlado por volta das 20h30. Como os jovens atearam fogo em colchões, policiais militares e bombeiros foram rapidamente acionados.

A Corregedoria da fundação instaurou uma sindicância para apurar os fatos e as responsabilidades. A Polícia Civil também investiga a ocorrência. O governo do estado garantiu que as famílias dos adolescentes mortos e feridos vão receber o apoio necessário.

De acordo com a assessoria da Funase, a unidade de Caruaru tem capacidade para abrigar até 100 adolescentes, entre 12 e 17 anos. No entanto, os internos somavam 162 antes da rebelião. Em todo o estado, 25 unidades de acolhimento de crianças e adolescentes em conflito com a lei somam 1.139 vagas. Há pelo menos dois anos, segundo a Funase, a média de socioeducandos tem se mantido em torno de 1.450 jovens. Para suprir o déficit de vagas, quatro unidades estão sendo ampliadas ou construídas e quando inauguradas abrirão aproximadamente 500 vagas.

Assunto: Negligência em casos de mortes maternas já levou Brasil a ser condenado pela ONU

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 28/05/2015



A morte da jovem de 28 anos Alyne da Silva Pimentel Teixeira, grávida de seis meses, por falta de atendimento adequado na rede pública de saúde levou o Brasil a ser condenado internacionalmente pelo Comitê para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (Cedaw) das Nações Unidas (ONU). O caso, ocorrido na Baixada Fluminense há quase 13 anos, fez a Corte determinar uma série de recomendações ao Brasil para diminuir os números de morte materna.

Para a médica Jurema Werneck, integrante da organização não governamental Criola, a discriminação foi um dos fatores que levou à condenação do Brasil pela Cedaw. Mas, segundo ela, pouco mudou nos últimos 13 anos.

“Quando o processo de Alyne resultou em sanções, esperávamos que o Brasil aprendesse algo, esperávamos, pelo menos, que outras jovens não passassem por isso, mas Rafaela passou”, destacou, lembrando o caso da jovem Rafaela Cristina de Souza Santos, 15 anos, que morreu em abril deste ano ao dar à luz em um hospital da prefeitura do Rio.

“Como se explica ela fazer pré-natal e morrer de eclâmpsia [problema que poderia ser evitado com procedimentos diferenciados]? As duas morreram da mesma coisa: negligência, causada pelo racismo [institucional].”

As duas gestantes faziam parte do que o Comitê de Prevenção à Morte Materna do Estado do Rio de Janeiro – órgão responsável por investigar as mortes e apontar mudanças práticas – considera grupo de risco. Ambas eram negras, pobres e jovens, o grupo de mulheres que mais morre por complicações durante o parto no estado.

As duas procuraram atendimento e morreram em um hospital. Rafaela teve pressão alta – que na gestação é chamada de eclâmpsia – passou por uma histerectomia (procedimento em que o útero ou parte do útero é retirada) e teve uma série de complicações. Já Alyne, grávida de seis meses, perdeu o bebê depois de aguardar atendimento por horas e morreu logo depois de entrar em coma.

A coordenadora do Comitê de Prevenção à Morte Materna do Rio, Tizuko Shiraiwa, explica que as investigações sobre os casos de óbito melhoraram nos últimos anos. Hoje, no estado onde uma mulher grávida morre a cada dois dias, já se sabe que 40% dos óbitos são causados por hipertensão, verificada no caso de Rafaela; por hemorragias, como ocorreu com Alyne; e por infecções e abortos inseguros. Ela reconhece, entretanto, que o atendimento deixa lacunas.

“Temos falhas desde o pré-natal, na identificação precoce da hipertensão, por exemplo, até as intercorrências na hora do parto”, citou. A solução, avalia, é a capacitação dos recursos humanos e a difusão de boas práticas no atendimento.

O comitê também destaca que os dois casos, pelo perfil das vítimas, deveriam ter sido tratados com a máxima atenção desde o pré-natal e do início das consultas que podem identificar complicações na gestação. A mortalidade entre as mulheres grávidas de cor preta é sete vezes maior que as de pele branca. Em geral, segundo o Ministério da Saúde, mulheres negras recebem ainda menos tempo de atendimento do que uma mulher branca.

A morte de Rafaela Cristina de Souza está sendo investigada pela prefeitura do Rio de Janeiro, que não comenta o caso, assim como o Ministério da Saúde. Em maio, mais de 80 organizações de direitos humanos fizeram uma carta pública cobrando responsabilidades pela morte da jovem.

A família de Alyne Pimentel também aguarda justiça. A Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória, onde a jovem fez um parto induzido depois de descobrir que o feto de seis meses já estava morto, permanece conveniada ao sistema público. À época, a unidade não contava com banco de sangue, unidade de terapia intensiva ou ambulância. Esses equipamentos poderiam ter salvado a vida da jovem, na avaliação da advogada do caso, Beatriz Galli. “A morte da Alyne foi desencadeada por vários fatores que terminaram tragicamente”, destacou Beatriz, que é integrante do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem).

O caso de Alyne é julgado pelo Tribunal de Justiça do Rio que analisa um pedido de indenização para a filha dela que à época tinha seis anos. A menina foi criada pela avó, faxineira. O processo aguarda relatoria da desembargadora Norma Suely Fonseca Quintes.

Assunto: PF faz operação na Baixada Fluminense contra pornografia infantil na internet

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 28/05/2015



Policiais federais fazem hoje (28) uma operação na Baixada Fluminense para combater a pornografia infantil na internet. Os agentes cumprem três mandados de busca e apreensão em endereços de suspeitos de armazenar e divulgar vídeos e fotos de pornografia envolvendo crianças e adolescentes, nos municípios de Nova Iguaçu, Mesquita e São João de Meriti.

De acordo com a Polícia Federal (PF), um homem de 32 anos foi preso, em Nova Iguaçu, por ter armazenado, no computador pessoal, vídeos com conteúdos pornográficos envolvendo crianças.

Segundo a PF, o crime de publicação e divulgação de imagens de pornografia infantil prevê pena de até seis anos de prisão, além de multa. A operação, chamada Bambinos (crianças, em italiano), cumpre mandados expedidos pela Justiça Federal.

Assunto: Especialistas pedem mais investimento para melhorar atenção à saúde de gestantes

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 28/05/2015



A morte da jovem Rafaela Cristina de Souza, de 15 anos, ao dar à luz em uma maternidade da prefeitura do Rio de Janeiro, em abril, voltou a pautar o debate sobre os altos índices de morte materna no país. Ela morreu de eclâmpsia - o que poderia ter sido evitado caso a pressão alta tivesse sido detectada durante o pré-natal. A redução desses óbitos em 75% até o fim deste ano é um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que o Brasil não conseguirá alcançar. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a taxa de óbitos maternos em 2010 era 68 para cada 100 mil habitantes. Para alcançar a meta, o país precisava chegar a 35 óbitos por 100 mil até o fim de 2015. A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza uma taxa de 20 mortes por 100 mil.



Nesta quinta (28), é lembrado o Dia Nacional de Luta pela Redução da Morte Materna

Neste Dia Nacional de Luta pela Redução da Morte Materna (28), especialistas ouvidos pela **Agência Brasil** avaliam que o acesso ao sistema de saúde por mães e gestantes melhorou no país, mas que é preciso investir no atendimento para garantir mais qualidade.

A representante auxiliar do Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), Fernanda Lopes, que acompanha o tema, afirma que as principais causas diretas de morte materna são evitáveis, como a

hipertensão, as hemorragias, as infecções e o aborto inseguro. Mesmo assim, esses foram os motivos de 40% das mortes de gestantes no Rio de Janeiro, em 2013, segundo o Comitê Estadual de Morte Materna. Ela recomenda como estratégia para redução de mortes o treinamento de equipes em práticas humanizadoras.

“É preciso aprimorar os investimentos para enfrentar as causas que determinam as mortes, [investir] nos profissionais que estão mais ligados aos cuidados com a gestante, orientados por princípios de direitos humanos, mais acesso à informação às mulheres e suas filhas”, citou.

Ela lembra que a morte materna está entre a dez maiores causas de morte de mulheres em idade reprodutiva e pode ser considerada uma tragédia. “Mais de 90% dos partos no Brasil são em hospitais, então, é preciso mais investimento no momento do parto”, cobrou.

Apesar de avanços como a Rede Cegonha, lançada pelo Ministério da Saúde em 2011, a representante do UNFPA reconhece que as consultas de pré-natal são falhas e que muitas mães chegam ao fim da gestação sem saber onde vão ter o neném. “Ainda temos mulheres

que peregrinam [em busca de unidade de saúde]. A regulação de leitos também é um problema. A mulher ou a adolescente grávida tem que ter uma maternidade de referência”, destacou, lembrando que esse deveria ser um dos pontos centrais do programa. O ministério não comentou as críticas.

Nos últimos anos, o Comitê Estadual de Prevenção e Controle da Mortalidade Materna e Perinatal do Rio de Janeiro propôs estratégias para diminuir os óbitos. No último relatório, a entidade recomenda o aumento de profissionais na rede, para que atendam, no máximo, 12 gestantes por turno, a identificação precoce de situações de risco e a vinculação do pré-natal à maternidade.

A coordenadora do comitê, Tizuko Shiraiwa, alerta também para a necessidade de que o Poder Público dê atenção às análises e aos pareceres da entidade. “O comitê investiga o caso, vê o que aconteceu e emite recomendações [aos gestores]”, destaca Tizuko. Em 2013, o órgão contabilizou a morte de uma grávida a cada dois dias no estado.

Acesso facilitado a métodos anticoncepcionais e à contracepção de emergência, além de acolhimento diferenciado a mulheres com gestação indesejada, na rede de saúde, também constam de documento divulgado em maio pelo comitê no Fórum Perinatal do Rio.

Assunto: Taxa de reincidência entre internos da Fundação Casa é de 15%

Fonte: Agência Câmara

Data: 28/05/2015



A presidente da Fundação Casa de São Paulo, Berenice Maria Giannella, informou nesta quarta-feira (27), na Câmara dos Deputados, que a taxa de reincidência de atos infracionais cometidos por adolescentes após o cumprimento da medida socioeducativa é de 15% entre os internos da instituição.

Segundo Giannella, a maioria dos jovens (43%) cometeu ato infracional equivalente a roubo qualificado, enquanto tráfico de entorpecentes responde por 39% da população da fundação. Os dados foram apresentados em audiência pública da comissão especial que analisa a proposta de redução da maioria penal de 18 para 16 anos (PEC 171/93).

A deputada Erika Kokay (PT-DF) avaliou como positiva a taxa de reincidência se comparada à do sistema prisional, por volta de 75%, de acordo com a parlamentar. “Por mais que tenhamos problemas, os centros socioeducativos reintegram de forma mais poderosa do que o sistema prisional, que, além de não ressocializar, aprofunda os conflitos com a lei”, declarou.



Erika Kokay: reincidência nos centros socioeducativos é bem menor do que o no sistema prisional

De acordo com o coordenador-executivo do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), Cláudio Augusto Vieira da Silva, 0,08% dos adolescentes brasileiros (23 mil pessoas) entre a população de 12 a 18 anos cumprem medida de privação de liberdade atualmente. Do total de internos, acrescentou ele, somente 0,01% cometeram atos contra a vida.

Orçamento

Sobre o orçamento do Sinase, Vieira da Silva destacou que R\$ 25 milhões são investidos atualmente em projetos de formação continuada, nas 466 unidades de internação distribuídas pelo País. O coordenador afirmou ainda que a maior parte dos recursos está alocada em infraestrutura, como forma de ampliar e descentralizar as instituições que recebem os adolescentes infratores.

Berenice Maria Giannella, Erika Kokay e Cláudio Augusto Vieira da Silva são contrários à proposta de redução da maioria penal.

Assunto: Redução da maioria penal volta a dividir opiniões em comissão especial

Fonte: Agência Câmara

Data: 28/05/2015



Há mais de duas décadas em tramitação na Câmara dos Deputados, a redução da maioria penal voltou a dividir parlamentares e especialistas nesta quarta-feira (27), em audiência pública da comissão especial que analisa a proposta que diminui de 18 para 16 anos a maioria penal no País (PEC 171/93).



Para o relator, Laerte Bessa, legislação atual é "frouxa" com jovens infratores

Relator do colegiado, o deputado Laerte Bessa (PR-DF) criticou o prazo de 45 dias, considerado curto por ele, previsto hoje no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90), para a polícia investigar atos infracionais cometidos por adolescentes. Durante esse período, o jovem pode ficar internado provisoriamente, enquanto não sai a decisão judicial. Segundo o parlamentar, existe um excesso na lei “que obriga o juiz a botar o menor na rua, depois de apenas 45 dias de internação”.

Favorável à redução da maioria penal, Bessa afirmou que a legislação atual é “frouxa” ao permitir que o adolescente “seja avaliado e devolvido às ruas” em poucos meses. Nesse ponto, ele foi apoiado pelo deputado Delegado Éder Mauro (PSD-PA).

Durante a reunião, o cantor Amado Batista também disse, de forma taxativa, ser favorável à aprovação da PEC. “Um adolescente que é capaz de definir o destino do País, por meio do voto, tem de cumprir com suas obrigações penais”, argumentou. Ele foi convidado a pedido da deputada Magda Mofatto (PR-GO).

Contrários à redução

Já o coordenador-executivo do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), Cláudio Augusto Vieira da Silva, refutou o discurso de que o País se ampara em legislação frágil para punir jovens infratores.

Ele defendeu que o ECA é “suficientemente severo” ao prever medidas socioeducativas a meninos e meninas que cometem atos infracionais a partir dos 12 anos. Pelo estatuto, o adolescente infrator com essa idade pode ser internado, processado e, se o caso, cumprir a medida pena em unidades de socioeducação.

A presidente da Fundação Casa de São Paulo, Berenice Maria Giannella, também considera inválido o argumento de que prevalece no País a impunidade entre os jovens infratores.

“É bom deixar claro que o Brasil é um dos países que tem a responsabilização mais cedo, ao contrário de vários países em que a responsabilidade começa a partir dos 14 e aos 16 anos”, comentou. “Aqui, a partir de 12 anos, se o adolescente cometer ato equivalente a crime, já pode ser punido em regime aberto ou até com medidas de internação”, reforçou.

Ela ainda alertou para o risco de punir os jovens infratores na mesma proporção pela prática de atos infracionais com gravidade distinta. “Por exemplo, no caso de latrocínio que envolva cinco adolescentes, mas apenas um utilizou a arma, todos deveriam responder na mesma medida pelo crime?”, indagou.



Cláudio Augusto Vieira da Silva, do Sinase, refutou o argumento: ECA prevê punições para adolescentes a partir dos 12 anos

Assunto: Conselheiro tutelar diz que redução da maioridade penal pode desestruturar famílias

Fonte: Agência Câmara

Data: 28/05/2015



O conselheiro tutelar do Distrito Federal Clemildo Sá afirmou há pouco que a redução da maioridade penal poderá desestruturar as famílias brasileiras. “A redução trará consequências terríveis e vemos isso com muita preocupação, porque muitas famílias, hoje chefiadas por mulheres e que dependem de políticas públicas para sua sobrevivência, vão ser as mais atingidas”, disse, durante audiência pública da Comissão Especial do Estatuto da Família (Projeto de Lei 6583/13) para discutir a redução da maioridade penal (Proposta de Emenda à Constituição 171/93).

Clemildo explicou que o Conselho Tutelar parte do conceito de família proposto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). “Família é aquela que se acha unida por laços afetivos, consanguíneos e de solidariedade. Esse conceito me ajuda a compreender as famílias atendidas pela instituição”, defendeu. Para ele, a definição de família prevista no PL 6583/13 está ultrapassada.

O conselheiro disse que é importante reconhecer que o adolescente é um sujeito em desenvolvimento. “Quem tem que dar condições para que ele possa se desenvolver não o faz.” Ele relatou que a grande maioria dos jovens que cometem crime já teve vários direitos violados no passado pela família e pelo Estado.

De acordo com Clemildo, a redução da maioridade penal não vai resolver os problemas de violência. “A impunidade do menor é uma falácia, porque o número de crimes cometidos por menores é muito inferior ao dos cometidos por adultos”, afirmou.

Assunto: Deputado Paulo Freire pede revogação do ECA por proteger jovens infratores

Fonte: Agência Câmara

Data: 28/05/2015



O deputado Paulo Freire (PR-SP) defendeu, durante audiência pública da Comissão Especial do Estatuto da Família que discute a redução da maioria penal e suas consequências para as famílias, a revogação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pois, segundo ele, é uma legislação que ampara a impunidade dos jovens infratores. O conselheiro tutelar Clemente de Sá reconheceu a necessidade a revisão da lei, mas se posicionou contra a revogação do estatuto.

O presidente da comissão, deputado Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ), disse que os menores infratores causam uma sensação de insegurança para a sociedade. “Quem deve reeducar os jovens é a família. As famílias precisam ser reestruturadas.”

O deputado Cabo Sabino (PR-CE) defendeu a redução da maioria penal, mas reconheceu que só essa medida não é suficiente. “Se não trabalharmos a família, nada vai adiantar”, disse. De acordo com o parlamentar, não se pode culpar os mais pobres pela violência.

Assunto: Deputado Jair Bolsonaro diz que redução da maioridade penal vai proteger a sociedade
--

Fonte: Agência Câmara

Data: 28/05/2015



O deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) disse que o menor de idade tem plena consciência do que faz e que a redução da maioridade penal vai proteger a sociedade, ao evitar que o jovem criminoso fique solto e continue a cometer crimes. “Não dá para esperar acontecer com nossas famílias e depois ficar abraçando a Lagoa Rodrigo de Freitas e soltar pombas pedindo Justiça”, ironizou.

O parlamentar participa de audiência pública da Comissão Especial do Estatuto da Família (PL 6583/13) para discutir a redução da maioridade penal (PEC 171/93) e suas consequências para as famílias que possuem filhos nessas condições.

Bolsonaro defendeu que o único direito que o menor infrator deve ter é não ter direito. “Imagina ficar sem um filho por causa de um celular?” Segundo ele, o governo deveria estimular o planejamento familiar em vez de adotar políticas assistenciais. Ele disse que, em curto prazo, não há solução para a violência.

O deputado afirmou ainda que o jovem infrator, muitas vezes, debocha da vítima, e lembrou o caso do adolescente Champinha, que assassinou os jovens Liana Friedenbach e Felipe Caffé em 2003. “Não se pode dizer que ele não sabia o que estava fazendo. Ele a estuprou cinco vezes!”, ressaltou.

Consequências

A advogada Taís Gouveia, assessora da comissão especial que analisa a PEC 171/93, afirmou que a redução da maioridade penal pode trazer outras consequências, além de questões ligadas à segurança pública.

“Se a gente vai reduzir a maioridade para 16 anos, vai se poder tirar carteira de identidade, vai se poder consumir álcool e isso ainda pode afetar a lei de crimes sexuais. Se de um lado atende o clamor da população para que seja solucionada a violência, desprotege a criança e o adolescente dos crimes de violência sexual”, explicou.

Taís Gouveia disse que vários países que tinham reduzido a maioridade penal voltaram atrás. “A tendência mundial é aumentar a maioridade, e, em países considerados mais seguros, a maioridade é de 18 anos ou mais.” Ela defendeu políticas públicas para evitar o aumento da criminalidade.

Assunto: Pesquisa revela universo das adolescentes em conflito com a lei

Fonte: CNJ

Data: 28/05/2015

CNJ



Luciana* matou o padrasto após uma tentativa de assédio sexual há cinco anos, mas somente no ano passado ela foi sentenciada a ser internada numa instituição socioeducativa para jovens em conflito com a lei. No mês em que foi condenada, ficou sabendo que tinha passado no vestibular para psicologia. Envergonhada, não quis sequer tentar garantir sua vaga na universidade. Na instituição, onde pode ficar por três anos, não há estudo compatível com seu nível. Desde que chegou, passa a maior parte do tempo trancada em um quarto. Algumas vezes é permitido às meninas internadas assistirem novelas. Veste diariamente o uniforme laranja do estabelecimento e não pode trocar abraço, beijar, nem se olhar no espelho (o objeto é vetado pela direção da instituição). Aos 18 anos, Luciana apresenta sinais de depressão e sua história, com nome trocado para preservar a identidade, é semelhante à de muitas internas em instituições do país estudadas a pedido do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Para conhecer o universo de adolescentes do sexo feminino que cumprem medidas socioeducativas (a sanção para quem comete crime antes dos 18 anos), o CNJ encomendou estudo à Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), que, com uma equipe de professoras e alunos da instituição, junto ao Grupo Asa Branca de Criminologia, entrevistou jovens,

agentes socioeducativos e funcionários da equipe técnica de seis instituições de internação localizadas no Distrito Federal, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pará.

O diagnóstico desvendou vários aspectos dessa realidade, como estrutura física, disciplina interna, direitos individuais, saúde e educação e visita íntima, e pontos mais subjetivos, como a relação das internas com os profissionais e a percepção do cumprimento da medida socioeducativa pelas adolescentes e pelos funcionários.

“Se já temos dificuldades para acompanhar e compreender a realidade das unidades de internação, sabemos menos ainda sobre o universo das adolescentes, que representam um número muito pequeno no universo de jovens em cumprimento de medida socioeducativa”, diz o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas do CNJ, Luís Geraldo Lanfredi, sobre a necessidade do estudo. Para desenvolvê-lo, foram ouvidos, além das próprias adolescentes, os funcionários que estão no dia a dia com as meninas, como psicólogos, assistentes sociais, advogados, médicos, enfermeiros e agentes socioeducativos.

De acordo com os últimos dados nacionais oficiais, enquanto eram contados 11.463 meninos internados, o número de meninas estava em 578. No geral, a estrutura das casas de internação para adolescentes segue a lógica prisional, com muitas grades, contenção em quartos, pouca ou nenhuma atividade pedagógica, além de pouco espaço para individualidade (apesar do número de meninas ser muito menor que o de meninos). Educação, cultura e esporte são escassos.

De acordo com o artigo 68 da Lei 12.594/12, que criou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), é assegurado ao adolescente casado ou que viva união estável o direito à visita íntima. Na prática, contudo, as meninas, diferentemente dos meninos, não desfrutam desse benefício e, em algumas unidades, não podem se olhar num espelho. Algumas instituições proíbem também abraçar ou tocar umas às outras. “Infelizmente, a lógica dessas instituições é semelhante à das cadeias para adultos”, diz a coordenadora da pesquisa, Marília Montenegro.

Perfil – Entre as conclusões, está a prevalência de meninas negras, pobres e com envolvimento com o tráfico de drogas – seja por relacionamento amoroso ou pelo trabalho como ‘mulas’ ou ‘olheiras’. Quando sentenciadas por homicídio, não raro foram motivadas a cometer o crime após serem vítimas de violência sexual. Na comparação com os adolescentes infratores, ficam mais tempo internadas do que eles mesmo tendo cometido a mesma infração, não recebem apoio nem visita frequente da família e, além da liberdade, são privadas de educação e afeto.

De acordo com a pesquisa, boa parte das meninas internadas praticaram crimes em um ambiente cercado de violência e vulnerabilidade social e sua internação não muda muito esse quadro. Segundo as adolescentes entrevistadas, suas reações às proibições impostas são quase sempre avaliadas como erradas pela equipe técnica e frequentemente geram punições, como o isolamento.

Falta de acompanhamento – O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê, para o cumprimento de quaisquer medidas socioeducativas - sejam elas em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação -, a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA). O instrumento de acompanhamento individual de

cada interna deve conter, além dos dados de registro, a gestão das atividades a serem desenvolvidas com ela e a previsão de saída da adolescente da instituição.

Entretanto, segundo a pesquisa, poucas adolescentes tiveram acesso ao seu próprio PIA. A maioria sequer sabia no que consistia o Plano e, em alguns estados, o instrumento não é elaborado de forma sistemática. “É um desmanche total do que prevê o ECA. Se o Estado não se prontifica sequer a conhecer as meninas, então, de fato, o que ele vem fazendo é tão somente punir”, avalia a pesquisadora, para quem a internação tem pouco valor de recuperação.

“É preciso mais conhecimento e menos encarceramento. Esse isolamento da família e da sociedade traz muitos ônus: depressão, déficit escolar, quebra de vínculo familiares, baixa autoestima. A retirada da adolescente do convívio social diminui a perspectiva de aceitação dela na sociedade”, conclui.

Assunto: Internos feridos em rebelião não correm risco de morte, diz Funase

Fonte: Portal NE10 PE

Data: 28/05/2015



Internos atearam fogo a colchões, segundo a Polícia Militar.

rebelião teria sido uma represália as mortes ocorridas durante um tumulto em abril. “Os internos das casas conseguiram serrar as grades e arrombar as portas. Eles subiram para o módulo I e queriam matar os envolvidos nas mortes das outras rebeliões. Estes internos são os responsáveis pelas mortes que ocorreram, tanto a decapitação, quanto a carbonização do outro menor”, explica.

Ainda segundo o comissário, os reeducandos da casa 5, todos maiores de idade, não teriam participado diretamente da rebelião. “A gente apurou que eles não saíram de dentro das celas, mas teriam comandado o tumulto. Existe uma rixa entre os internos dos módulos e os reeducandos das casas. Vamos apurar como entraram as armas que foram utilizadas”, conta.

A rebelião terminou com dois internos mortos. Eles foram identificados na manhã desta quinta-feira (28) e tiveram os nomes divulgados pela Funase. Maurício Manoel Filho, de 17 anos, que era de Santa Cruz do Capibaribe, teve a cabeça decapitada. Já Taumir Silva Cavalcante, de 16 anos, natural de Caruaru, teve o corpo carbonizado.

Os 15 internos feridos durante uma rebelião na Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) em Caruaru, no Agreste de Pernambuco, não correm risco de morte, de acordo com assessoria de imprensa da instituição. Dos feridos, apenas nove permanecem internados em unidades de saúde da cidade, que não tiveram os nomes divulgados.

De acordo com o comissário da Polícia Civil, Carlos Henrique, a

Assunto: Salgueiro - Campanha quer combater esmolas para crianças e adolescentes

Fonte: Portal NE10 PE

Data: 28/05/2015



Uma campanha idealizada pela secretaria de Desenvolvimento Social de Salgueiro (PE), no Sertão Central, quer mobilizar a sociedade contra a mendicância de crianças e jovens que vivem nas ruas da cidade.

Intitulada “Não dê esmola. Ofereça futuro, dignidade e cidadania”, a campanha conta com o apoio de entidades parceiras como o Nuprev, CREAS regional e Conselhos Tutelar e dos Direitos da Criança e do Adolescente.



Num primeiro momento, a mobilização tem o objetivo de abrir o debate e sensibilizar a população para que não colabore com a mendicância ou trabalho infantil, evitando dar esmolas, porque muitas vezes essas crianças e adolescentes são induzidos a uma situação constrangedora. Em alguns casos, são forçadas por adultos a pedirem nas ruas para depois usarem o dinheiro na compra de drogas.

A campanha será marcada pela atuação da Caravana de Combate à Mendicância por meio de panfletagem, afixação de cartazes em estabelecimentos comerciais e peças teatrais. De acordo com o coordenador do CREAS municipal, Marcos Ribeiro, a campanha terá na prática, um caráter permanente como forma de conscientizar as pessoas sobre o problema.

Ribeiro informa que já foi feito um levantamento e abordagem dessa problemática, tendo mapeado e identificado os locais onde crianças e adolescentes agem para pedir dinheiro às pessoas que frequentam estabelecimentos comerciais como bares, restaurantes, shopping, bancos, padarias e supermercados.

Na área urbana de Salgueiro, conforme dados do CREAS, foram identificados onze pedintes em idade entre sete e 13 anos. São crianças que convivem com a família em residência fixa, frequentam a escola e estudam até o 4º ano. Além disso, são beneficiadas pelos programas sociais oferecidos pela Prefeitura.

Conflito familiar

Entre os principais motivos que, na maioria dos casos, levam essas crianças e adolescentes para as ruas, estão a negligência e o conflito familiar. Campanhas parecidas já acontecem com sucesso e são modelo em algumas grandes cidades do Brasil, com resultados reconhecidos pela Justiça e Ministérios Públicos, por meio da Vara da Infância. Em Salgueiro, há vários projetos desenvolvidos pelo setor público e entidades parceiras com resultados satisfatórios, a exemplo do Conviver, Centro da Criança e Adolescente e da juventude e do Jovem Aprendiz e de entidades como PROAC, Casa de acolhimento Ana Ataíde, Instituto Vital Barros, Amusa, Creche Cristo Redentor – entre outros. As informações são da assessoria.

Assunto: Garota de 15 anos era líder de quadrilha de assaltantes em Bertioga-SP

Fonte: Diário de PE

Data: 28/05/2015



Uma integrante do grupo é menor e está grávida; quarto membro fugiu.

Uma quadrilha de assaltantes de casas foi detida em flagrante em Bertioga, litoral de São Paulo, nesta quarta-feira. O grupo era liderado por uma adolescente de 15 anos, apelidada de "Do Terror".

Apesar de não ter passagens pela polícia, há pelo menos um mês "Do Terror" organizava assaltos com seu bando em Bertioga. Inclusive, havia convencido uma amiga de 16 anos, grávida, a participar do crime desta quarta-feira.

O delegado José Aparecido Cardia, responsável pelo caso, afirma que a quadrilha focava em roubar objetos de rápida revenda, como aparelhos eletrônicos, e sempre levavam o carro das vítimas, tendo um segundo automóvel de reserva para ajudar no transporte dos roubos.

A adolescente, conhecida pela maneira agressiva e violenta como age, confessou cinco assaltos, mas há a suspeita de mais ocorrências de responsabilidade da quadrilha. Um rapaz de 29 anos, também integrante da quadrilha e identificado como Estevão Jesus de Almeida, foi preso e já tem passagem na polícia por tráfico de drogas. Um quarto membro escapou.

Assunto: Adolescentes sofrem estupro e espancamento no Piauí
Fonte: Diário de PE
Data: 28/05/2015



Crimes ocorreram em Castelo do Piauí, a 190 km da capital, Teresina.

Quatro adolescentes foram abusadas no interior do Piauí, na noite desta quarta-feira. As garotas foram estupradas e espancadas em Castelo do Piauí, cidade que fica a 190 km de Teresina.

Elas foram encontradas desacordadas pelo filho de um policial militar e foram levadas para o hospital da cidade e encaminhadas para receberem tratamento no Hospital de Urgência de Teresina.

O delegado Willame Moraes, gerente de Polícia do Interior da Secretaria de Segurança do Piauí, informou que ainda não é possível quantos foram os agressores, já que as vítimas permanecem desacordadas.

As meninas têm entre 15 e 17 anos. As duas mais velhas passaram por cirurgia por terem sofrido traumatismo craniano. Uma delas está em estado grave, na UTI. A outra se encontra na sala de recuperação. As mais novas, de 15 e 16 anos, foram internadas com escoriações, mas não correm nenhum risco.

A Polícia Civil afirmou que já informações sobre os estupradores. Dois suspeitos, um maior e outro menor de idade, já foram identificados, e agentes já estão fazendo diligências por Castelo do Piauí, reforçadas por policiais da cidade de Campo Maior. Moradores, em protesto, queimaram pneus e gritaram por justiça na frente da Delegacia de Polícia Civil do município.

Assunto: Mães pagam facilitador para filho com deficiência em escola pública do Rio

Fonte: Diário de PE

Data: 28/05/2015



Mães de crianças com deficiência são obrigadas a pagar um "facilitador" para que seus filhos possam acompanhar as aulas em escolas da rede pública municipal do Rio de Janeiro. A denúncia foi feita por Sheila Velloso, que tenta, desde o começo do ano, matricular o filho Pedro, de 8 anos. Ela explica que o filho tem síndrome de Cornélia de Lange, uma doença neurológica rara, e precisa de acompanhamento constante, mas a escola pública em que ele foi matriculado, a Pedro Ernesto, na Lagoa, não oferece o serviço.

“Fiz a matrícula dele e me falaram que no momento não tinha ninguém para acompanhar o meu filho. Concordei que ele não podia ficar sem ninguém. A diretora me apresentou uma menina que estava chegando e era facilitadora de outra criança. Ela disse que ia todo dia com a criança, e que a mãe paga R\$ 1 mil para ficar com ele, orientando. Voltei na regional e me falaram 'no momento não temos ninguém, se você conseguir alguém, ótimo, você traz aqui e a gente faz a fichinha”.

Sheila conta que procurou a rede municipal depois de ter a matrícula negada em cinco escolas particulares e uma amiga elogiar o trabalho oferecido pelo município. Há cerca de um mês, ela resolveu dar visibilidade ao caso por meio de um abaixo-assinado virtual que já conta mais de 10 mil apoiadores.

“O que eu sei é que toda criança tem direito à escola, seja ela deficiente ou não. É o caso do meu filho. Ele é especial, ele precisa de uma orientadora ou facilitadora, e eu fiquei sabendo que na rede municipal tem isso; outras mães têm isso; então eu fui buscar, eu queria isso para o meu filho também. Se tem direito, vamos lá, tem que ter direito, então. O objetivo é conseguir a escola, não quero mais nada”, enfatizou ela.

Sheila explica que não existe associação no Brasil que reúna parentes de pessoas com síndrome de Cornélia de Lange, apenas grupos de apoio em redes sociais. A doença afeta o desenvolvimento físico e intelectual da criança. “Agora ele fica a semana toda dentro de casa, só faz terapia ocupacional e fono[audiologia], atividades paralelas, mas escola mesmo ele não está frequentando”, acrescentou.

Fundadora da organização não governamental Escola de Gente, que trabalha com inclusão, a jornalista e escritora Cláudia Werneck ressalta que é obrigação do município garantir acesso à escola para qualquer criança, já que o direito à educação é tão indisponível quanto o direito à vida.

“Toda criança tem direito à escola, e isso independe de como essas crianças são, se enxergam, se têm uma síndrome genética ou não. Não existe não aceitar uma criança. Nesse caso, a escola condicionou a aceitação da criança à mãe fazer desembolsos particulares de um facilitador, isso também é inconstitucional, a escola pública não pode cobrar nada da família dos estudantes”, ressaltou Cláudia.

A procuradora Regional da República Eugênia Gonzaga, do Ministério Público Federal em São Paulo, especialista em direitos de pessoa com deficiência, explica que os apoios necessários à inclusão de criança com deficiência fazem parte da obrigação do Estado com a educação.

Segundo ela, “é ilegal. Não tem previsão em lei isso, e já tem até uma nota técnica do Ministério da Educação falando que isso é irregular. A gente ouviu falar isso há anos no Rio de Janeiro, e agora é que os pais começaram a denunciar. Fere o código do consumidor, fere o direito da criança, é uma discriminação indevida da criança com deficiência”.

De acordo com Eugênia, os pais devem documentar a exigência feita, para comprovar a irregularidade no Ministério Público. “Elas [mães] poderiam comprovar de alguma forma essa exigência da escola, porque às vezes a escola fala isso de boca, mas na hora de colocar no papel não [confirma]. Então, talvez provocar uma resposta por escrito da escola, para que conste essa prova de que a escola está fazendo exigência, e levar isso para o Ministério Público Estadual”, sugere.

A secretária Municipal de Educação, Helena Bomeny, garante que essa não é a prática da rede. “Eu não sei como chegou essa informação à mãe, porque isso não procede. Nós oferecemos um estagiário, voluntário, para ficar como mediador na sala de aula junto com o professor. Então, eu acho que é um grande mal entendido, porque não se pode cobrar nada”, destaca.

De acordo com ela, o caso de Pedro Velloso foi o primeiro que ela soube, e a rede tem mais de 1.500 estagiários e voluntários que fazem a mediação de crianças com deficiência nas escolas. “A gente pode entender que em uma determinada escola, como não havia um aluno incluído, na hora não tem [mediador]. Então, a coordenadoria, junto com o Instituto Helena Antipoff, faz o remanejamento profissional para que a escola passe a ter o mediador. Às vezes demora um dia, dois, três dias, porque a escola não tem e vai passar a ter essa necessidade”, disse ela.

A secretária explica que todas as coordenadorias regionais de Educação têm equipes do instituto, que é uma referência nacional em deficiência e altas habilidades, e que todos os casos de inclusão de criança com deficiência devem ser analisados por especialistas.

“Quando a gente faz a matrícula de qualquer aluno com deficiência é importantíssimo que o instituto esteja presente, porque junto com os pais é que eles vão decidir onde o aluno deve ficar melhor, se numa classe especial, numa sala especial ou se vai ser incluído. A gente advoga sempre tentar incluir o aluno, porque ele evolui muito melhor”, acrescentou.

Sheila Velloso relata que só soube do Instituto Helena Antipoff na última segunda-feira (25), quando ligaram para ela marcando reunião para amanhã (28).

Assunto: História de aluno com paralisia cerebral que se comunica através de aplicativo será exibida em evento do Google

Fonte: Diário de PE

Data: 28/05/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

O estudante e o criador do software se conheceram durante a filmagem que será apresentada nesta quinta, nos Estados Unidos.



A história de um aluno da rede municipal de ensino do Recife que tem paralisia cerebral e se comunica através do aplicativo Livox será exibida em um evento mundial do Google, em São Francisco, na Califórnia, na tarde desta quinta-feira (28). O pernambucano que desenvolveu o software, Carlos Pereira, foi convidado para o Google I/O, que é uma conferência anual do

Google voltada ao desenvolvimento de aplicações para os seus sistemas operacionais, principalmente o Android. No evento, será exibido um vídeo sobre a história de Carlos e também de Jhonatan Lins, 17 anos, aluno do 5º ano da Escola Municipal do Engenho do Meio.

O aplicativo, disponível para Android, permite que pessoas com deficiências motoras, cognitivas e visuais consigam se comunicar com maior facilidade através de tablets. O software tem catálogos de palavras e imagens que são reproduzidas em áudio quando são selecionadas ou digitadas. Os usuários podem relatar emoções, indicar que querem comer, selecionar desenhos, filmes, jogos e músicas. Premiada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a ferramenta também facilita a alfabetização e o estudo de conceitos de disciplinas como a matemática. O Livox usa algoritmos inteligentes que se ajustam à deficiência de quem o utiliza e corrige até mesmo os toques imprecisos das pessoas com deficiências.

O software surgiu da necessidade de Carlos se comunicar melhor com a filha, Clara Costa Pereira, 7 anos, que também tem paralisia cerebral. O aplicativo é usado na Escola Engenho do Meio de forma piloto. A Secretaria de Educação do Recife adquiriu cinco mil licenças do Livox para usar com alunos da Educação Especial e da Educação Infantil em 2016. "Percebemos que a ferramenta também pode auxiliar a alfabetização dos estudantes que não têm deficiência, pois as imagens usadas no software se parecem muito com os cartões

gráficos que os professores costumam utilizar em sala de aula para que os alunos associem as figuras às palavras, por exemplo", explica Francisco Luiz dos Santos, secretário-executivo de Tecnologia na Educação da Secretaria de Educação do Recife.

Durante a filmagem para o vídeo que será exibido no evento do Google, Jhonatan conheceu Carlos na unidade de ensino, no dia 12 de maio. Na ocasião, o jovem pediu pra dar um abraço em Carlos e lhe agradeceu pelo aplicativo. Através de perguntas cujas respostas eram sim ou não disponibilizadas no Livox, Jhonatan contou que ficou muito feliz depois que começou a usar o software e disse que outras crianças que não conseguem se comunicar também devem usá-lo. O estudante não fala, mas entende o que escuta e também compreende a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ele está conseguindo se comunicar melhor, tanto na escola quanto em casa, depois que começou a usar a ferramenta instalada no tablet concedido pela Prefeitura do Recife, há um ano. As pessoas fazem a pergunta e Jhonatan responde com o aplicativo, que exibe figuras e algumas palavras básicas. Ele também está aprendendo a escrever.

A mãe do aluno, Ginny Giuliana, 33 anos, disse que o software melhorou o convívio do filho com as pessoas, pois antes ele só se comunicava com a família, através de sinais criados no contexto familiar. "Hoje ele consegue se expressar e dizer o que quer para mais pessoas. Com isso, o círculo de amizade dele aumentou. Jhonatan leva o Livox para todo lugar que vai", contou Ginny, que trabalha como coordenadora de uma autoescola. Ela também aproveitou a oportunidade para agradecer a Carlos pelo software. "Você fez o aplicativo para sua família se comunicar com Clarinha e acho que não imaginava o quanto ia ajudar outras famílias. É muito bom eu poder sair pra trabalhar e saber que meu filho está bem, que ele consegue se comunicar e, se precisar, vai saber pedir socorro. É como se ele vivesse o tempo todo em uma prisão e você veio com a chave para abrir as grades e libertá-lo", disse a mãe.

Carlos, que é analista de sistemas e empresário de uma startup pernambucana, retribuiu o carinho de Jhonatan e da mãe. "Gostei muito de conhecer Jhonatan, estou sem palavras. É muito bom ver que o aplicativo realmente é útil pra ele. Espero que o Livox dê mais qualidade de vida às pessoas, mas a grande recompensa eu já tive dentro de casa, que é saber o que se passa na cabeça da minha filha. Isso não tem preço e nem prêmio que pague", declarou Carlos, que além de criar o aplicativo por causa de Clarinha, conseguiu parcerias para abrir uma clínica de fisioterapia e fonoaudiologia que atende pessoas com vários tipos de deficiência no Recife. A menina foi a primeira brasileira a fazer tratamento com células-tronco, na China.

De acordo com o empreendedor pernambucano, o Google vai destacar o aplicativo no evento com o objetivo de promover iniciativas como o Livox. "A ideia é mostrar um bom exemplo de como as tecnologias do Google estão sendo usadas para melhorar a vida das pessoas. É um momento muito importante", explica o analista de sistemas.

LIVOX - Atualmente, cerca de dez mil pessoas utilizam a ferramenta, que está disponível em 25 idiomas. O software foi premiado pela ONU como o melhor aplicativo de inclusão social do mundo. Para a premiação, foram avaliados cerca de 20 mil aplicativos, de 178 países. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também elegeu a plataforma como a inovação tecnológica com maior impacto em 2014. Com o destaque internacional do software, a equipe que desenvolveu o Livox firmou uma parceria com a Liga Árabe, que já traduziu a ferramenta para o idioma e deve levá-la para todos os países da organização neste ano.

Criado em 2011, o aplicativo funciona apenas em tablets Android, mas, em breve, deve se tornar compatível com Windows e iOS (iPad). O Livox é um produto da empresa do segmento de Negócios Sociais Agora Eu Consigo Tecnologias de Inclusão Social Ltda., voltada ao desenvolvimento de produtos, soluções, serviços e treinamentos que viabilizem a inclusão social e a acessibilidade de pessoas com deficiência no convívio familiar e social.